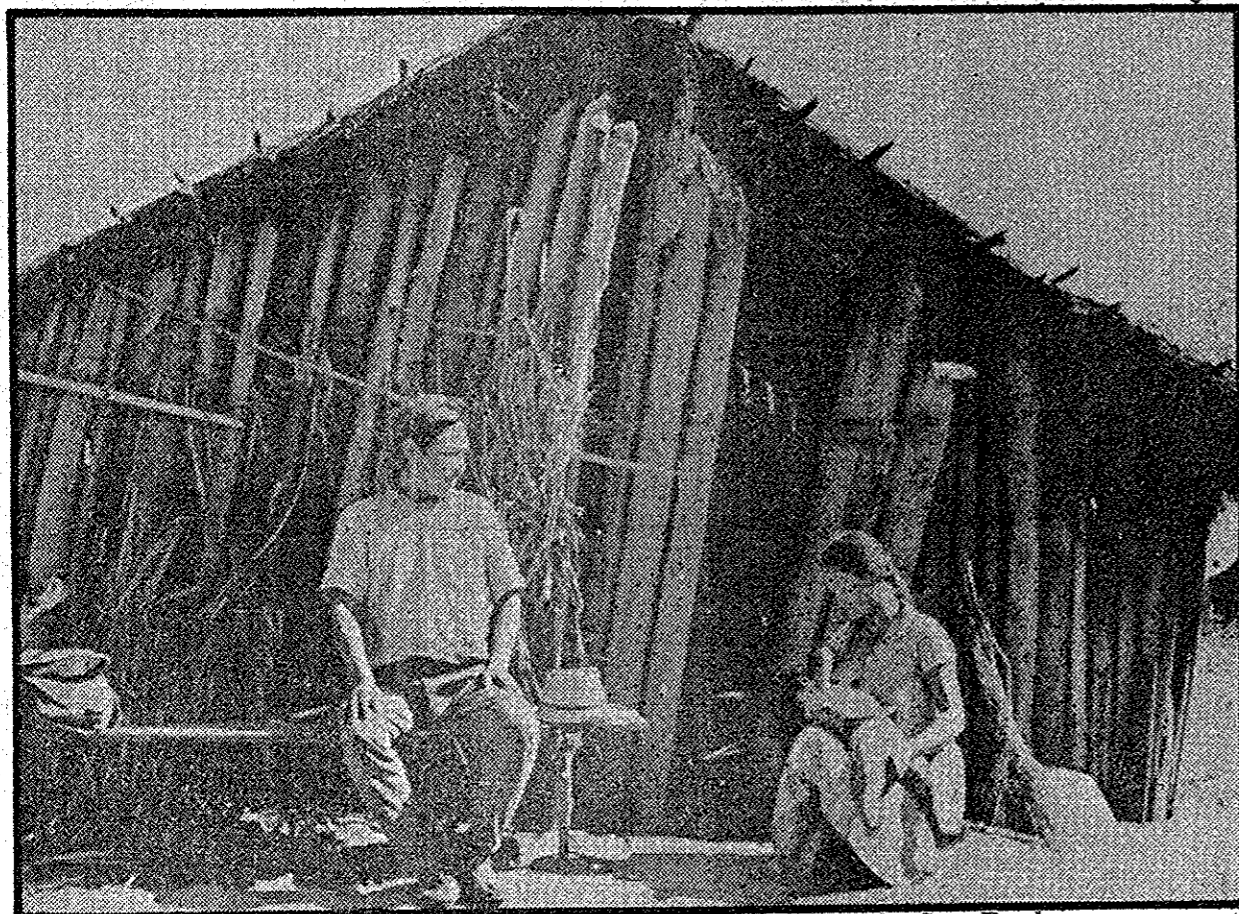


1910

ÍNDIOS  
BRASILEIROS

UMA SURPREENDENTE  
POPULAÇÃO QUE AINDA  
ESTÁ CRESCENDO

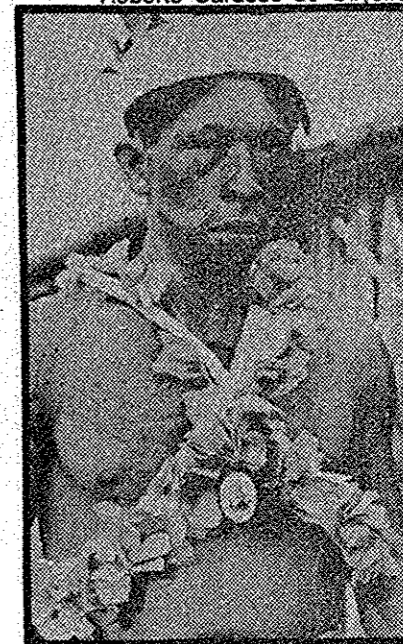
Delvair Montagner



Uma família guarani, no interior do Estado de São Paulo



Lux Vidal



Roberto Cardoso de Oliveira

Índio terena em treinamento para se tornar médico-feiticeiro. Material "branco" substituiu os adornos tradicionais

Delvair Montagner



Chefe terena

caderno

B

Menino xikrin

**B**RASÍLIA — Mesmo após 484 anos de seu primeiro contato com os descobridores portugueses, os índios brasileiros ainda não se acham totalmente recenseados e têm apenas 44% de suas terras demarcadas. Para a Funai (Fundação Nacional do Índio), que atribui a não demarcação à falta de recursos financeiros, a população indígena está aumentando, divergindo assim das denúncias do ex-funcionário do órgão, Porfírio Carvalho, hoje exercendo as funções de assessor do deputado Mário Juruna (PDT-RJ).

Depois de ter trabalhado na Funai durante 12 anos, Porfírio apregoa que o índio, mal-assistido como se encontra hoje, terminará fatalmente nas periferias das grandes cidades. A antropóloga e etnóloga Alcida Rita Ramos, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, esclarece que realmente a história do índio brasileiro está ligada a um ciclo vicioso, que começa com um contato e quase sempre termina com sua substituição e dizimização nos centros urbanos. A seu ver, torna-se difícil, no entanto, falar em extinção.

Levando em conta os cálculos feitos pelo etnólogo e atual Vice-Governador do Rio, professor Darcy Ribeiro, que em 1957 estimou a população indígena entre 70 e 100 mil índios — dados repetidos por antropólogos e pela própria Funai — o número de índios realmente cresceu, pois hoje, conforme a antropóloga Rita Ramos, este total encontra-se em torno dos 180 mil.

Esse acréscimo populacional, contudo, ocorreu mais em função da descoberta de novos grupos — como os paracanás, que surgiram com a abertura da Transamazônica — que pela preservação dos grupos existentes. Ainda conforme os professores Darcy Ribeiro e Julio Cesar Melatti, em 1900 o Brasil possuía 230 grupos tribais e em 1957 este número reduziu-se para 143 (em 57 anos desapareceram, portanto, 87 grupos tribais). Hoje, todavia, de acordo com a Funai, subiu para 226 o total de grupos ou para uma média de 150, segundo Alcida Ramos. Na história recente do índio brasileiro não se tem notícia de extinção de grupos, embora

muitos deles se encontrem em franco processo de decréscimo. É o que acontece, por exemplo, com os paracanás (tupis), que descobertos na Amazônia na década de 70 e transferidos várias vezes de localidade — a hidrelétrica de Tucuruí está em suas terras — perderam 45% de seu pessoal em apenas um ano. Também os kreenakarores (da família Gê) tiveram de abandonar suas terras devido à construção da estrada Cuiabá-Porto Velho: em menos de dois anos de mudanças intermitentes, foram fixados no Xingu com um saldo de 321 mortos, encontrando-se hoje à beira da extinção, com apenas 79 elementos vivos.

Esses dados, fornecidos pela antropóloga Alcida Ramos, são desconhecidos ou pelo menos ignorados pela Funai, que não tem notícia de extinção ou que, desde sua criação, em 1967, jamais fez um estudo sobre tribos dizimadas, segundo revelações de técnicos do órgão.

Outros grupos que se encontram em fase de dizimização, segundo a professora da UnB, é o dos waimiris-atroaris, da família Karib, localizada na Amazônia em terras de mineração e do projeto da hidrelétrica de Balbina, e os guajás (tupis) do Maranhão, ameaçados pelo projeto do grande Carajás.

Para a antropóloga, não raro uma tribo em fase de extinção pode se recuperar se contar com número suficiente de homens e mulheres em idade de procriação e se forem bem assistidos pelo Governo, sobretudo na parte de saúde, visto que as mortes dos indígenas, na maioria das vezes, são ocasionadas por simples gripes ou pelo sarampo. Só para se ter uma idéia do problema, ela cita os tapajós, completamente extintos ainda no século XVIII, após seus contatos com as missões religiosas, e todas as nações tupinambás das costas brasileiras, das quais resta hoje um pequeno grupo no Espírito Santo, em terras cedidas à Aracruz Celulose.

Por outro lado, há tribos consideradas extintas por etnólogos e que, muitos anos após seu desaparecimento, ressurgiram em pontos distantes do território brasileiro. É o caso dos araras (da

família Karib), redescobertos na Amazônia depois de uma longa fase de afastamento da civilização. Acrescenta-se a isso o fato de ainda haver tribos não contactadas pelas frentes da Funai, tais como os baré, macu, matis, mirania, witoto, da região amazônica, um grupo da família dos avá-canoeiros, de Goiás e do Maranhão (da família dos guajá, ambos, coincidentemente, tidos como grupos em extinção pela professora da UnB) e um no Pará (da família Karib).

Conforme o Estatuto do Índio, esses são considerados grupos "isolados", enquanto as 226 nações conhecidas pela Funai são consideradas em vias de integração. Pelo estatuto, o índio considerado "integrado" é aquele incorporado "à comunhão nacional e reconhecido no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conserve usos, costume e tradições característicos de sua cultura".

**P**ARA Porfírio, o assessor do deputado Mário Juruna, isso demonstra que não existe, no Brasil, nenhuma tribo "absorvida" pela Funai. Ele denuncia que, culturalmente, o índio vem sendo acostumado a pedir favores e objetos ao homem branco, "criado por Deus, com mais inteligência", justamente para servi-lo. Crítico fervoroso da Funai, Porfírio Carvalho denuncia principalmente a morosidade do órgão em demarcar as terras indígenas. Em 16 anos de existência — diz ele — a Funai só demarcou 31 áreas das 440 existentes no país, sendo que outras 215 foram demarcadas pelo antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). E revela ainda que 194 áreas não foram sequer delimitadas e 226 das já demarcadas apresentam problemas de invasão e de discordância dos índios quanto a seus limites.

Para a Funai, no entanto, os dados não colidem, pois só existem 316 terras indígenas, das quais 133 já demarcadas, 134 identificadas e 49 a identificar. Os diretores do órgão justificam a

demora na demarcação com a falta de recursos financeiros, mas para isso Porfírio tem também seus cálculos. Com base no orçamento da União para 1983 — Cr\$ 15 bilhões 204 milhões, dos quais 80% para despesas com pessoal e administração e 20% para assistência aos índios — ele chegou à seguinte conclusão: cada um dos 2 mil e 300 funcionários do órgão custou, em média, por ano, Cr\$ 3 milhões e 900 mil, enquanto cada um dos 200 mil índios (população estimada por ele) custou em média Cr\$ 12 mil 500 no ano de 1983.

O ex-funcionário denuncia ainda que mesmo em algumas das áreas demarcadas ocorrem invasões, notadamente se o território é rico em recursos minerais como o dos kaiapó (PA), onde há ouro; dos ianomani (RR), rico em minério, gavião (PA); dos valiso, por causa da castanha; e dos maku-maku (AM), devido à borracha.

A antropóloga Alcida Ramos concorda que as riquezas minerais são um obstáculo à demarcação das terras, lembrando a existência de decreto presidencial de fevereiro de 83 que permite que qualquer órgão federal ou estadual interfira na demarcação das terras indígenas.

De qualquer forma essa falta de demarcação e a não expulsão dos invasores das terras indígenas constituem, segundo Porfírio Carvalho, as causas principais dos conflitos entre índios e brancos, que resultaram em 16 assassinatos de índios, 13 dos quais em 1983: Angelo Pankararu, Mateus Guajajara, Moreira Guajajara, Edisio Pataxó, Alcides Maxakali, Marçal Guarani, seis índios kaingangue, Delmiro Duarte Guarani, Etelvino Guarani e Guaraci de Souza Kaiwa, além de Angelo Kreta, em 1982.

A Funai se defende, embora reconheça as invasões, e comunica que o Finsocial já liberou Cr\$ 1 bilhão para que os trabalhos de demarcação — levados a efeito pelo Serviço Geográfico do Exército — sejam concretizados em 84/85, com sete anos de atraso, levando-se em consideração que o Estatuto do Índio previa a finalização desse trabalho para 1978.